|  |  |
| --- | --- |
| **AS RAÍZES HISTÓRICAS DO EIXO DO MAL LATINO AMERICANO - V** |  |
|  |  |
| QUARTA OFENSIVA NA AMÉRICA LATINA PRELÚDIO: QUEM VENCEU A CRISE DOS MÍSSEIS EM CUBA?   É impossível entender a quarta ofensiva sem responder com clareza a esta pergunta crucial, pois da existência de Cuba dependeu – e ainda depende – toda a estratégia comunista na América Latina, principalmente a ofensiva militar da luta armada mas também em menor grau, a ofensiva cultural ainda em curso.  O objetivo dos agressores americanos era destruir   Cuba. O nosso era preservá-la. Hoje Cuba existe,   portanto quem ganhou? Não nos custou mais do   que as despesas de ida e volta, para levar os   mísseis para Cuba e depois trazê-los de volta.    NIKITA SERGEYEVITCH KHRUSHCHOV   Em 22 de outubro de 1962, o Presidente John Kennedy anunciou publicamente que a URSS havia posicionado mísseis balísticos de alcance médio e intermediário (MRBM e IRBM) com ogivas nucleares em Cuba, dizendo que os EUA consideravam tal atitude intolerável e exigiam a imediata retirada dos mesmos. Simultaneamente ordenou um bloqueio aeronaval à ilha. A URSS mobilizou mais belonaves e tropas e zarpou em direção à mesma. Durante treze dias parecia que o mundo iria submergir no tão temido combate nuclear. As duas esquadras se confrontaram ao largo do litoral da Flórida e as manobras russas evidenciavam que iriam enfrentar a ameaça e abrir fogo para romper o bloqueio. Ao mesmo tempo, intensas negociações diretas foram encetadas. (Foi aí que se percebeu a necessidade da instalação do famoso “telefone vermelho”, que não era nem telefone nem vermelho, mas um conjunto de transmissores e receptores de teletipo de alta velocidade e resolução).   Finalmente, no dia 4 de novembro a esquadra russa fez meia volta e Khrushchov aceitou negociar a retirada dos mísseis e a permanência de parte das tropas convencionais. Estas eram constituídas de 45.000 efetivos e uma grande quantidade de blindados e aviões militares de caça e bombardeio.  Fidel aceitara os mísseis, baseado numa mentira de Khrushchov de que o número de mísseis balísticos intercontinentais (ICBM) e ogivas nucleares russas era equivalente ao dos americanos, blefe no qual o mundo todo acreditou na época. Na verdade, a superioridade americana era da ordem de 17 x 1 (5.000 ogivas nucleares americanas contra aproximadamente 300 soviéticas [1].Da mesma forma, nenhum deles previu a extrema acuidade de observação dos aviões espiões americanos, os U-2 que detectaram imediatamente o desembarque de “cilindros suspeitos” e, com o incremento dos vôos, perceberam o posicionamento destes cilindros entre as palmeiras das praias cubanas.   Terminada a crise o mundo respirou aliviado e Kennedy acreditou que havia vencido a parada e recomendou a seus auxiliares que “não humilhassem Khrushchov” e, em mensagem ao Congresso, dissessem que “resolvemos uma das maiores crises da história da humanidade” [2]. O próprio Khrushchov admitiu que “fomos obrigados a fazer grandes concessões no interesse da paz”. Mas num comentário, jamais citado no Ocidente, acrescentou: “Foi uma grande vitória nossa, porque conseguimos extrair de Kennedy a promessa de que nem a América, nem seus aliados, invadiriam Cuba”. Num telegrama a Castro disse: “O inimigo estava preparado para atacar Cuba mas nós o detivemos... Podemos ver isto como uma grande vitória”. Quaisquer projetos anteriores à crise dos mísseis de uma nova “Operação Baía dos Porcos” – o fiasco, para não variar, de uma Administração Democrata, de tentar invadir Cuba com um punhado de homens numa traineira – foram relegados ao esquecimento, continuando apenas as palhaçadas da CIA de tentar assassinar Castro.  Toda a operação teria sido montada exclusivamente para arrancar esta concessão de Kennedy? Os historiadores divergem. Alguns pensam que este era um objetivo secundário, outros acham que foi apenas oportunismo da cúpula soviética. Golitsyn, que chegara no ano anterior como exilado aos EUA, afirma que este era o objetivo principal. Caso Kennedy não reagisse à provocação, estaria cumprido o secundário, com as mesmas conseqüências: com a permanência dos mísseis e efetivos russos os americanos não se atreveriam a invadir, mas os soviéticos permaneceriam como os invasores aos olhos do mundo. Como foi, saíram de “amantes da paz” por ela fazendo grandes concessões, e os EUA como os belicosos, que, com sua reação, expuseram o mundo à catástrofe nuclear – o que seria intensamente explorado na ofensiva cultural que se seguiu. No interior do governo soviético, os inimigos de Khruschov usaram esta retirada como derrota covarde dele e, junto com outras acusações apresentadas pelo principal ideólogo comunista Vladimir Suslov, apearam-no do poder em 1964. No entanto, Golitsyn aponta o fato desta ter sido a primeira sucessão sem morte do deposto na história soviética – Khrushchov foi mandado para um bom exílio interno como tinha ocorrido com Sakharov – como corroboração de sua tese de que tudo não passou de outro grande engodo.  A PRIMEIRA ETAPA: FASE DE TRANSIÇÃO DO PADRÃO DE VIOLÊNCIA PARA O DE NÃO-VIOLÊNCIA (1968-1989)    A democracia não pode ser defendida de joelhos.   CARLOS LACERDA     Quem se defende mostra que sua força é inadequada;   quem ataca, mostra que ela é abundante.   SUN TZU   Como já referi, o Ato Institucional-5, de 13 de dezembro de 1968, foi o principal instrumento para frear a ofensiva guerrilheira e terrorista dando poderes excepcionais aos governos da Junta Militar, que assumiu por doença do Presidente Arthur da Costa e Silva, e do de Emílio Garrastazu Médici (1970-1974). Ao fim do governo deste último as forças guerrilheiras se encontravam desbaratadas. A junta Militar assumiu de 31/8/1969-30/10/1969, tendo entregado o Governo a Médici. Neste intervalo, dois grupos de esquerda, o MR-8 e a ALN seqüestram o embaixador dos EUA Charles Burke Elbrick, exigindo a libertação de 15 presos políticos, exigência conseguida com sucesso. Neste ano os atos terroristas e a agitação estudantil chegaram ao auge (uma boa resenha pode ser vista em [3]). Porém, em 18 de setembro, o governo decreta a Lei de Segurança Nacional. Esta lei decretava o exílio e a pena de morte em casos de "guerra psicológica adversa ou revolucionária, ou subversiva". No final de 1969, o líder da ALN, Carlos Marighela, foi morto pelas forças de policiais em São Paulo. O governo Médici é considerado o mais duro e repressivo do período. O DOI-Codi (Destacamento de Operações e Informações e o Centro de Operações de Defesa Interna) atua como centro de investigação e repressão ao terrorismo do governo militar. Ganha força no campo a guerrilha rural, principalmente no Araguaia que é fortemente reprimida pelas forças militares [4].  Hoje se alardeia que foram "anos de chumbo" [5], período de uma “feroz ditadura”. Sem dúvida o AI-5 e a Lei de Segurança Nacional foram instrumentos de exceção, ditatoriais. Mas não é pelos seus aspectos ditatoriais que são hoje combatidos pela mídia mas por seu caráter anti-revolucionário. O que se faz supor hoje em dia é que o País estava tranqüilo, vivendo em paz, e um punhado de malvados resolveu acabar com a farra e estabelecer uma cruel ditadura. Na verdade, foram instrumentos de exceção para fazer face a uma situação de exceção, revolucionária, e com isto negaram aos guerrilheiros e terroristas a possibilidade de utilizar a guerra assimétrica que sempre os beneficia. Entende-se este conceito, inspirado na “Arte da Guerra” de Sun-Tzu, em dar tacitamente a um dos lados beligerantes o direito absoluto de usar de todos os meios de ação, por mais vis e criminosos, explorando ao mesmo tempo os compromissos morais e legais que amarram as mãos do adversário. O exemplo mais gritante da atualidade pode ser estudado na guerra entre Israel e os terroristas Palestinos: enquanto aos últimos tudo é permitido e aceito – mesmo os brutais assassinatos de crianças e civis inocentes em bares ou discotecas -, dos primeiros espera-se que conduzam uma espécie de “guerra de cavalheiros” e, quando reagem com métodos adequados, infinitamente menos violentos, são execrados como assassinos cruéis.   Pois os instrumentos criados pelo governo cortaram na raiz qualquer possibilidade de se estabelecer uma guerra assimétrica. O governo não apenas se defendeu, como os guerrilheiros e terroristas esperavam, mas atacou, seguindo a máxima de Sun-Tzu que coloquei em epígrafe. O desbaratamento da guerrilha foi acompanhado acertadamente por um plano desenvolvimentista que fez o País crescer a taxas aceleradas, trazendo o antídoto mais eficaz para barrar as idéias comunistas: um povo com emprego e perspectiva de futuro não dá a mínima para ideais comunistas; vide a insignificância do Partido Comunista americano. O dirigente sindical Luís Inácio da Silva, ainda não pervertido pelas idéias comunistas disse daquele período: “Naquela época, se houvesse eleições, o Médici ganhava (...) A popularidade do Médici no meio da classe trabalhadora era muito grande. Ora por que? Porque era uma época de pleno emprego” [6].  Outro grande inimigo da “ditadura”, Elio Gaspari [7], numa crítica que mais parece elogio, concorda com Lula: Médici cavalgava popularidade, progresso e desempenho. Uma pesquisa do IBOPE realizada em julho de 1971 atribuíra-lhe 82% de aprovação. Em 1972 a economia cresceria 11,9%, a maior taxa de todos os tempos. Era o quinto ano consecutivo de crescimento superior a 9%. A renda per capita dos brasileiros aumentara 50%. Pela primeira vez na história as exportações de produtos industrializados ultrapassaram 1 bilhão de dólares. Duplicara a produção de aço e o consumo de energia, triplicara a de veículos, quadruplicara a de navios. A Bolsa de Valores do Rio de Janeiro tivera em agosto uma rentabilidade de 9,4%. No eixo Rio-São Paulo executivos ganhavam mais que seus similares americanos ou europeus. Kombis das empresas de construção civil recrutavam mão de obra no ABC paulista com alto-falantes oferecendo bons salários e conforto nos alojamentos. Um metalúrgico parcimonioso ganhava o bastante para comprar um fusca novo. Em apenas dois anos os brasileiros com automóvel passaram de 9% para 12% da população e as casas com televisão de 24% para 34%”.  Mais adiante (p. 133) diz sobre o criticado: “Presidiu o país em silêncio, lendo discursos escritos pelos outros, sem confraternizações sociais, implacável com mexericos. Passou pela vida pública com escrupulosa honorabilidade pessoal. Da Presidência tirou o salário de Cr$ 3.439,98 líquidos por mês (equivalente a 724 dólares) e nada mais. Adiou um aumento da carne para vender na baixa os bois de sua estância e desviou o traçado de uma estrada para que ela não lhe valorizasse as terras. Sua mulher decorou a granja oficial do Riacho Fundo com móveis usados recolhidos nos depósitos do funcionalismo de Brasília”. Isto, dito por um adversário, deve valer algo.   Uma outra falácia sobre aqueles anos, endossada por Gaspari, é a de que o governo combatia defensores da democracia, que queriam “derrubar a ditadura” para transformar o Brasil numa belíssima democracia. Só os incautos ou mal intencionados não se dão conta que tais movimentos eram financiados pelas mais ferozes ditaduras de toda a história da humanidade: URSS, Cuba, China, Tchecoslováquia, Alemanha comunista, Albânia, etc. e o que procuravam implantar no Brasil era um regime como aqueles que os financiavam! Ou alguém é suficientemente ingênuo para acreditar que aquelas ditaduras iriam financiar democratas? Mas aqui já estamos em plena fase de transição para o padrão de não-violência, para a revolução cultural baseada em Antonio Gramsci.  O TRIUNFO DA REVOLUÇÃO CULTURAL GRAMCISTA NO BRASIL [8]  Uma das maiores alegrias de um comunista é ver nas bocas de burgueses, nossos adversários, as nossas palavras de ordem.  GIOCONDO DIAS GERBASE  Ex- Secretário Geral do PCB  Talvez o Brasil seja o País em todo o mundo em que a infiltração gramscista obteve maior êxito, conseguindo chegar ao ponto extremo da previsão de Olavo de Carvalho, que vale repetir: “O gramcismo levado às suas últimas conseqüências resultará em varrer a inteligência da face da Terra, o retorno à barbárie mais primitiva, o fim da ciência e da filosofia - enquanto busca da verdade - e a paralisação de todo progresso”. Como bem o disse Reinaldo Azevedo recentemente [9]: “Ninguém fala tanta bobagem hoje no Brasil ou sobre o Brasil como os ditos intelectuais. Não todos, é claro. Apenas a maioria daqueles que gozam da reputação de progressistas e bacanas, os que, obviamente, talvez até aceitassem ser acusados de proxenetas da pobreza, gigolôs da miséria, poetas da distopia e do desencanto. Só não podem ser chamados de reacionários. Isso os deixaria muito ofendidos”. São estes os principais agentes de influência de quem emanam as mais estapafúrdias palavras de ordem para os idiotas úteis, são os “especialistas” em direitos humanos e coisas que tais, como chamei a atenção em outro artigo [10].   Se a guerrilha e o terrorismo foram vencidos no campo militar, os governos que os enfrentaram descuraram completamente a educação e a cultura, sem perceberem que aí residia a nova ofensiva que acabou levando os derrotados de ontem a serem os vencedores de hoje. É bem verdade que os governos militares tentaram fazer alguma coisa neste sentido, instituindo os cursos de Moral e Cívica com a intenção de despertar a consciência cívica da juventude e cultuar os valores cristãos e democráticos. Cedo, entretanto, os agentes gramscistas perceberam o filão que estes cursos representavam para a doutrinação e neles começaram a colocar como professores seus agentes de influência e idiotas úteis para fabricar mais idiotas úteis desde a infância. Os espaços foram sendo ocupados também nos cursos das áreas humanas como história, geografia e ciências sociais. As faculdades passaram a ser verdadeiras escolas de reformadores sociais, abandonando por completo a primazia do conhecimento, preconceito burguês que deveria ser destruído. Não se trata mais de conhecer o mundo – tarefa primordial da humanidade – mas transformá-lo, emburricando com isto várias gerações meramente repetidoras de slogans, incapazes de pensar por si mesmas.   No front externo [11], Miguel Arraes, Marcio Moreira Alves e outros criaram, em outubro de 1969, em Paris, a Frente Brasileira de Informações (FBI), ligada a organizações de esquerda, de oposição ao governo militar do Brasil, um verdadeiro sucessor do Kominform (ver Parte I desta série), que tinha por objetivo enaltecer terroristas e satanizar nossas Forças Armadas. Os recursos vieram da Argélia, via Miguel Arraes e eram produtos de assaltos terroristas no Brasil, como o do grupo terrorista VAR-Palmares, que em 18 de julho de 1969 roubou um cofre em Santa Teresa, Rio de Janeiro, com a quantia aproximada de 2,5 milhões de dólares e da ALN de Carlos Marighela que, contando com o ex-ministro da Justiça do governo FHC, Aloysio Nunes Ferreira, assaltou o trem-pagador Santos-Jundiaí, levando NCr$ 108 milhões. Além da função de propaganda estes “intelectuais” exilados, entre os quais também se destacava Vinícius Caldeira Brandt, ex-Presidente da UNE, tinham profunda e extensa ascendência sobre os agentes de influência no Brasil.    A grande lição de Gramsci aos comunistas foi: não tomem quartéis, tomem escolas e universidades; não ataquem blindados, ataquem idéias gerando dúvidas, nunca apresentando certezas e propondo o diálogo permanente; não assaltem bancos, assaltem redações de jornais; não se mostrem violentos, mas pacifistas e vítimas das violências da “direita”. Por isto os produtos daqueles assaltos passaram a servir às novas causas: a moldagem paciente de um novo senso comum através da dominação da Universidade e das Redações dos jornais.   Eu passara a década de sessenta imerso na doutrinação marxista da qual a muito custo me livrara, quando na década de setenta, no início de minha vida profissional, comecei a perceber algo estranho, que era o motivo do regozijo de Giocondo Dias: aos poucos passei a ouvir “os burgueses” usando o linguajar, as doutrinas e palavras de ordem comunistas, minhas velhas conhecidas dos tempos de ativista. A princípio timidamente mas logo com rapidez, certas expressões que antes eram usadas por comunas como eu fora e execradas pelos “burgueses”, passaram a ser proferidas pelos últimos, como igualdade, injustiça social, ódio aos empresários e ao lucro. Quanto mais a “pequena burguesia” melhorava de vida graças ao “milagre brasileiro” mais execrava a si mesma, numa reação possivelmente culpada por poderem usufruir condições econômicas nunca dantes imaginadas, como a possibilidade de compra de casa própria facilitada pelo boom imobiliário dos anos Médici.    Esta culpa pela rápida prosperidade tornava a classe média presa fácil para a doutrinação invejosa que transforma inicialmente o linguajar e depois as atitudes e atos das pessoas. Inicialmente foram acusados e depois passaram a se auto-acusar de “privilegiados” ou “elite privilegiada”, sem poderem valorizar que o que estavam obtendo era fruto de seu trabalho e não de privilégios espúrios. Os que ainda não tinham acesso às boas novas passaram a ser chamados de “despossuídos”, “oprimidos”, “vítimas da injustiça social” e da “concentração de renda nas mãos dos privilegiados”. Observe-se a diferença entre alguém não possuir algo e ser despossuído: a segunda expressão pressupõe uma ação por parte de outro que o “desapossa”, ou toma posse do que não lhe pertence, para seu próprio usufruto, portanto de apropriação indébita, de roubo! O uso do Particípio também do verbo oprimir pressupõe ação de alguém que oprime. O que este processo visa criar na mente do indivíduo tem nome, dissonância cognitiva: uma reação disruptiva causada por coerção psicológica que leva a reagir a uma tensão mental e/ou emocional causada por tentar reconciliar duas crenças opostas, conflitivas ou inconsistentes entre si. No caso em pauta, o indivíduo usufrui do que obtém com seu trabalho mas é bombardeado com a noção de não passar de um ladrão. À medida que mais e mais indivíduos vão se convencendo, começa a se formar um consenso que leva a uma pressão grupal insuportável para quem não tem princípios morais sólidos.   Além de oferecer uma falsa moral “alternativa” é preciso ir mais fundo, e como os países alvos são predominantemente cristãos e, dentre as religiões cristãs, a católica é a mais unificada e portanto mais forte isoladamente, foi aí que se deu o ataque. Mais uma vez, seguindo Gramsci e as orientações do KGB, o ataque não poderia ser frontal. Com outras palavras Gramsci disse isto: não ataquem a religião como o “ópio do povo”, isto não deu e não dará certo, só reforçará a fé e a solidariedade interna, penetrem nas Igrejas e substituam os Evangelhos por nosso próprio ópio, o marxismo, como se Evangelhos fossem!   Por isto, uma das influências mais nefastas foi a da “Teologia da Libertação”, que consistiu num movimento que ultrapassa as letras teológicas e repercute sobre o conjunto da vida da Igreja católica. A Conferência de Medellin, em 1968, que reuniu os bispos da América Latina (CELAM), afirmou a "opção preferencial pelos pobres". A igreja seria mais profundamente identificada com os "últimos" deste mundo, que devem ser os "primeiros" no Reino de Deus. Esta afirmação implicou revisões profundas na imagem da Igreja latino-americana. A identificação com as “elites coloniais” foi contestada em nome de uma aproximação com os pobres.    “Ancorados nesta resolução episcopal, teólogos e agentes pastorais deslancharam um grande movimento de reforma. A Igreja deveria ser reconstruída a partir de suas bases locais, enraizadas na experiência popular e numa nova leitura da Palavra de Deus. Insatisfeitos com a estrutura paroquial, estes agentes preconizaram a multiplicação de pequenas comunidades de fé, denominadas "Comunidades Eclesiais de Base" (CEBs). Compensando a carência de padres, as CEBs seriam animadas por ministros leigos, (muitos treinados em Cuba e outros países comunistas como a Polônia, caso do autor desse texto), apoiados por agentes do clero. Ao invés da ênfase nos ritos tradicionais, a religiosidade das CEBs deveria concentrar-se no entendimento da Bíblia e seu significado para o drama histórico atual. Implicava, portanto, uma estreita associação entre as linguagens da teologia e da sociologia, sobretudo de orientação marxista. Envolvia, também, uma aproximação entre as pastorais especializadas e os movimentos sociais. Missionários foram estimulados a contribuir para as lutas indígenas e pela posse da terra (através da reforma agrária de cunho nitidamente leninista). Os instrumentos de ação concreta foram o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e as Pastorais, da Terra, da Favela, do Menor. Principalmente, os meios sindicais ganharam uma nova corrente de agentes católicos que participaram da formação do Partido dos Trabalhadores.    Grande parte do que foi dito no parágrafo acima, com acréscimos meus, foi retirado de um texto publicado oficialmente pelo Ministério das Relações Exteriores [12] de autoria de Rubem César Fernandes, não por coincidência Diretor-Executivo do Movimento Viva Rio, que quer “despossuir” os cidadãos de bem de suas parcas defesas pessoais, e menos por coincidência ainda, Mestre em Filosofia pela Universidade de Varsóvia onde esteve exilado, portanto em pleno regime comunista quando esta Faculdade era marxismo puro, tanto que a primeira atitude do Solidariedade Estudantil quando da queda do comunista Jaruszelski, foi mandar todos os professores de marxismo para casa (e outros lugares mais adequados!) e jogar fora os livros de marxismo. Parece que o sr. Fernandes não concordou com esta atitude libertadora! Não é lícito supor que ele seja um dos principais agentes de influência? E que organização não-governamental é esta cujo Diretor tem um artigo oficialmente publicado por um órgão governamental? Não é lícito supor também que o próprio Governo atual não passa de um agente de influência de causas nada nacionais, o Komintern Latino Americano – o Foro de São Paulo?   Embora a “Teologia” da Libertação germinasse em toda a América Latina, com Gustavo Gutierrez, na Colômbia, ou Juan Luis Segundo, no Uruguai, foi no Brasil que este movimento alcançou maiores dimensões. Leonardo Boff, Clodovis Boff, Carlos Meister e “Frei” Betto são alguns nomes de destaque. Mas o principal agente foi sem dúvida Dom Hélder Câmara. “Graças aos seus esforços o caráter anti-social do regime militar foi tornado mais lúcido nos diferenciados centros episcopais brasileiros”, favorecendo o surgimento de uma nova geração de bispos engajada nos ideais marxistas. O resultado de todo esse trabalho veio à tona, em 1971, com a vitória, na CNBB, de uma diretoria mais comprometida com os problemas sociais brasileiros, “evangelicamente em comunhão estreita com os despossuídos”.  Em Puebla, 1979, Dom Hélder Câmara novamente desempenhou papel predominante, desmontando as estruturas preparatórias estabelecidas pelos conservadores, que tentavam estabelecer uma hegemonia decisória sobre o temário a ser discutido. Destaque-se a sua atuação articuladora nas sessões que tratavam da reformulação da Teologia da Libertação.  Datam de 1979 também, dois eventos que denotam a perfeita coordenação entre os agentes de influência no exterior com os do interior do País e destes para os idiotas úteis. Estávamos no último governo do ciclo militar, o de João Baptista Figueiredo, que já assumira com as firmes garantias de re-democratização, com entrega do poder a um civil e pleno funcionamento dos mecanismos democráticos. Pois se muitos entraram entusiasmados num novo período de plena democracia que estava por vir, os mesmos pseudo-democratas guerrilheiros e terroristas, alguns inclusive voltando do exílio, aproveitaram estas franquias para aprofundar seu ominoso trabalho de minar a tenra democracia com vistas a liquidá-la e instalar a tão sonhada ditadura do proletariado. Limitar-me-ei a estes dois eventos para não tomar muito espaço, mas podem ser multiplicados por vários milhares.   O avanço sobre as instituições de ensino e a mídia foi avassalador! No Rio de Janeiro, a mídia submeteu-se mais tardiamente, como veremos no segundo evento.  Na sociedade profissional à qual eu estava filiado, a Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro, foi apresentado um “Curso de Introdução à Filosofia”, organizado por Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho, dupla que eu já conhecia de livros há muito, com um Programa cujo texto não guardei – nem das cartas que se seguiram, eram épocas pré-computador! - mas que era aproximadamente assim:   FILÓSOFOS PRÉ-MARXISTAS: Pré Socráticos – 1 aula; Sócrates, Platão e Aristóteles – 1 aula; Iluministas – 1 aula; Hegel e Feuerbach – 3 aulas. MARX E OS MARXISTAS: Marx – 6 aulas (não lembro o restante, nem importa!). Imediatamente denunciei em carta à Presidente da Sociedade a evidente trapaça e desonestidade intelectual. Quase fui expulso! Recebi uma carta violenta e retruquei no mesmo tom. Poucos dias depois o curso foi suspenso. Só bem mais tarde eu soube porque: suspeitavam que eu fosse agente do SNI! A partir da década de 80 a penetração foi muito extensa e o patrulhamento ideológico intensíssimo, a ponto de alunos que tinham carros importados serem obrigados a deixá-los longe da sede porque eram muito criticados pelo “elitismo” e “privilégios”!  O segundo acontecimento ilustra melhor ainda o clima de perseguição que se formara. Refere-se à crise na Faculdade de Filosofia da PUC-RJ, relatado em livro do Filósofo Antonio Ferreira Paim [13] que ao que eu saiba teve poucas – se não só uma – edição e mereceria várias. A leitura deste debate memorável, como o denominou o autor, causou-me na época profunda impressão. No dia 14/03/1979 o Jornal do Brasil – note-se que a mídia ainda não estava dominada, hoje jamais sairia! – uma carta da Professora Anna Maria Moog Rodrigues endereçada ao Chefe do Departamento de Filosofia, na qual protestava contra a censura de um texto do Prof. Miguel Reale – A Filosofia como Autoconsciência de um Povo - numa coletânea didática para a Disciplina História do Pensamento. No dia seguinte o JB publica uma carta-resposta do Diretor do Departamento informando que o texto “não fora incluído na apostila oficial, face ao caráter polêmico e controvertido das atividades políticas do autor”. Dois dias depois, o JB publicava a carta do Reitor justificando a atitude do Departamento e qualificando de ridículas as alegações da Professora de haver uma crise na Universidade. Imediatamente a mesma pede exoneração e é acompanhada pelo autor do livro que dizia que, “sendo oficialmente reconhecida a censura, não mais poderia permanecer no Departamento”.   O debate se estende por muito tempo, incluindo a tomada de posição de três prestigiosos jornais (JB, Globo, O Estado de São Paulo) a favor dos demissionários – bons tempos aqueles em que a imprensa cumpria suas funções! Só para ter idéia: Filosofia Intolerante (JB), Discriminação Ideológica (O Globo), A Opção Totalitátia dos Intelectuais (Estadão), etc.   Na brilhante análise que faz da crise, entre outras preciosidades o Prof. Paim põe o dedo na ferida: Reale não tinha sido censurado por sua opção integralista de outrora – já que eram aceitos os pensamentos de outros luminares integralistas como o próprio Hélder Câmara, Alceu Amoroso Lima, Roland Corbisier, etc. – mas sim pelo culturalismo de Reale que “corresponde à mais cabal refutação de todo tipo de totalitarismo”, e que “impediu a penetração, no Brasil, da denominada filosofia da libertação (...) tendo que se conformar em se apresentar (aqui) com a forma mais restrita de teologia da libertação”!   O livro é uma verdadeira aula de como os marxistas tomam de assalto uma Universidade e expulsam todos os demais. Estava semeado o terreno para a colheita.     SEGUE: A COLHEITA: O EIXO DO MAL  [1] James Blight et al., Cuba on the Brink: Castro, the Missile Crisis and the Soviet Collapse, NY Pantheon, 1993  [2] John Lewis Gaddis, We Now Know: Rethinking Cold War History, Oxford University Press, NY, 1997 – Assim como as demais informações nesta seção que não estiverem referidas a outras fontes.  [3] A TV Lumumba e o a AI-5, de Félix Mayer.  [4] Para entender este movimento ver os artigos de Carlos I. Azambuja iniciados em http://www.midiasemmascara.com.br/artigo.php?sid=1406 e seguir os links para os demais. E o livro de Aluísio Madruga de Moura e Souza, Guerrilha do Araguaia: Revanchismo, ed. pelo autor, Brasília, 2002   [5] Para melhor entender este período ler O Fascínio dos Anos de Chumbo, de Raymundo Negrão Torres, ed. pelo autor, Curitiba, 2004  [6] Depoimento a Ronaldo Costa Couto em Memória viva do regime militar, cit em Raymundo Negrão Torres, op. cit.  [7] Em A Ditadura Derrotada, Companhia das Letras, 2003, pp. 26-27  [8] Para Gramsci rever Parte III desta série e suas referências.  [9] Alencastro,   http://www.primeiraleitura.com.br/auto/entenda.php?id=6249   [10] Especialistas em quê mesmo?   11] FBI: um onagro franco-argelino-brasileiro.  [12] Em http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/artecult/religiao/tlibert/apresent.htm |  |
|  |  |
| MSM 23 de setembro de 2005 |  |